

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

RICARDO AGUIRRE DE MORAES

**OS PROGRAMAS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS
MISSÕES /RS ANALISADOS A PARTIR DA VISÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

Palmeira das Missões
2019

RICARDO AGUIRRE DE MORAES

**OS PROGRAMAS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS
MISSÕES /RS ANALISADOS A PARTIR DA VISÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tanice
Andreatta

**Palmeira das Missões
2019**

RICARDO AGUIRRE DE MORAES

**OS PROGRAMAS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS
MISSÕES /RS ANALISADOS A PARTIR DA VISÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

Monografia apresentado a Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Palmeira das Missões, 08 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Tanice Andreatta (UFSM)
Orientadora

Prof. Dr. Luís Carlos Zucatto
Avaliador

Prof. Dr. Vinicius Spirandelli
Avaliador

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 POLÍTICAS HABITACIONAIS: HISTÓRICO, CONCEITOS E ANÁLISE DA LITERATURA..... | 10 |
| 3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA | 13 |
| 3.1 DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA E COLETA DOS DADOS | 14 |
| 3.2 ANÁLISE DOS DADOS..... | 15 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 16 |
| 4.1 PROJETOS HABITACIONAIS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES | 16 |
| 4.2 PERFIL DOS BENEFICIADOS POR PROGRAMAS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES..... | 19 |
| 4.3 PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS ACERCA DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA | 22 |
| 4.3.1 Tipologias de beneficiários dos Programas Minha Casa Minha Vida no Município de Palmeira das Missões..... | 23 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 32 |
| REFERÊNCIAS | 34 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|-----------|
| Tabela 1. Nível de Escolaridade dos entrevistados..... | 19 |
| Tabela 2. Condições de Trabalho dos entrevistados | 20 |
| Tabela 3. Estratos de renda dos entrevistados..... | 21 |
| Tabela 4. Componentes da Matriz Fatorial Rotacionados | 22 |
| Tabela 7. Percepções dos beneficiários quanto à qualidade da estrutura do imóvel. | 25 |
| Tabela 8. Percepções dos beneficiários quanto a segurança e conforto ambiental. | 26 |
| Tabela 9. Percepção dos beneficiários sobre o Empreendimento (Características dos Programas) | 27 |
| Tabela 10. Percepção dos beneficiários sobre o empreendimento e o seu entorno. | 28 |
| Tabela 11. Percepção dos beneficiários sobre o entorno – Bairros próximos e vizinhos. | 29 |
| Tabela 12. Percepção dos entrevistados sobre Qualidade dos serviços..... | 31 |

OS PROGRAMAS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES /RS ANALISADOS PARTIR DA VISÃO DOS BENEFICIÁRIOS

RESUMO

O objetivo desse estudo consiste em compreender a organização das políticas habitacionais no município de Palmeira das Missões, e, mais especificamente analisar a percepção das famílias beneficiadas por programas habitacionais no município de Palmeira das Missões, RS. A amostra é não probabilística e por conveniência. Foram entrevistados 51 beneficiários de quatro programas habitacionais no município de Palmeira das Missões, que se dispuseram a participar da pesquisa, nos meses de abril e maio de 2019. A partir da Análise Fatorial Exploratória e *Análise de Clusters*. Foi identificado dois grupos de beneficiados. No grupo 1 reuniu beneficiários majoritariamente alocados em Programas habitacionais de menor qualidade (EMANCIPAR, SEHADUR, SUB 50) e no Grupo 2 majoritariamente beneficiários em programa de melhor qualidade (PAC). Em ambos os grupos os beneficiados são indivíduos de escolaridade muito baixa, desempregados ou envolvidos em atividades informais que residiam em locais de risco, ou pertencentes a famílias em estado de vulnerabilidade. Em ambos os grupos, os beneficiários entendem que a qualidade do entorno do local onde residem está aquém das condições ideais para o objetivo proposto em torno das habitações urbanas. No entanto, de um modo geral, os beneficiados Grupo 2, avaliam melhor aspectos como a estrutura habitacional, o entorno da moradia, como ruas, calçadas, iluminação entre outros quesitos, esse resultado tende a estar relacionado ao fato de que esse grupo reúne, majoritariamente beneficiados do programa PAC, o programa de melhor qualidade, desde o nível da Unidade habitacional até o entorno. Os imóveis, do referido programa possuem melhor acabamento, revestimento, pintura, pisos entre outros quesitos abordados por meio do instrumento de coleta de dados utilizado. As maiores discrepâncias entre as unidades habitacionais pertencentes à amostra pesquisada são entre o PAC, e o programa SEHADUR. Fundamentalmente devido suas características ímpares estruturais, modelo de financiamento e execução dos projetos O que gera uma distinção avaliativa por parte das famílias que residem nos respectivos imóveis.

Palavras chave: Política pública, Habitação, Moradias populares.

THE HOUSING PROGRAMS IN THE MUNICIPALITY OF PALMEIRA DAS MISSÕES / RS ANALYZED FROM THE PERSPECTIVE OF THE BENEFICIARIES

SUMMARY

The objective of this study was to understand the organization of housing policies in the municipality of Palmeira das Missões, and specifically to analyze the perception of the families benefited by housing programs in the municipality of Palmeira das Missões, RS. The sample is non-probabilistic and for convenience. We interviewed 51 beneficiaries from four housing programs in the municipality of Palmeira das Missões, who were willing to participate in the research, in April and May 2019. From the Exploratory Factor Analysis and Cluster Analysis two groups of beneficiaries were identified. In group 1, the majority of beneficiaries allocated to lower quality housing programs (EMANCIPAR, SEHADUR, SUB 50) and Group 2 were beneficiaries in a better quality program (PAC). In both groups the beneficiaries are individuals of very low educational level, unemployed or involved in informal activities residing in places of risk, or belonging to families in a state of vulnerability. In both groups the beneficiaries understand that the quality of the environment where they live is below the ideal conditions for the proposed objective around urban dwellings. However, in general, the beneficiaries that Group 2 better evaluate aspects such as the housing structure, the surroundings of the dwelling, such as streets, sidewalks, lighting and other items, this result tends to be related to the fact that this group, mostly benefiting from the PAC program, the best quality program, from the level of the housing unit to the environment. The properties of this program have better finishing, coating, painting, floors among other issues addressed through the data collection instrument used. The greatest discrepancies between the housing units belonging to the sample surveyed are between the PAC and the SEHADUR program. Fundamentally due to their unique structural characteristics, model of financing and execution of the projects. This generates an evaluative distinction on the part of the families residing in the respective properties.

Keywords: Public policy, Housing, Popular housing.

1 INTRODUÇÃO

A utilização de medidas keynesianas na economia de diversos países, após a Segunda Guerra Mundial, podem ser visualizadas com a implantação de medidas de combate a pobreza. No Brasil, somente após o período denominado de a “Década Perdida” (anos 80), o combate à miséria passa a tomar uma forma mais robusta. O combate à miséria, em larga medida, é uma resposta às externalidades que o sistema capitalista gera, assim, a intervenção estatal deve ocorrer em setores de maior fragilidade social em que “a política social intervém para corrigir a ação do mercado” (FIORI, 1997. p. 7).

No Brasil, a desigualdade social é uma questão histórica, assim, a distância entre as classes econômicas nacionais revela a necessidade de intervenção governamental na economia, já que uma das grandes finalidades da gestão pública deve ser a de promover a distribuição de renda no país. De acordo com Fiori (1997, p. 5) “não há como dissociar os serviços sociais universais, o objetivo de redistribuição e interação das rendas”.

Devido ao processo de industrialização, intensificado a partir do século XX, aliado a fatores como a migração rural, hoje, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019), mais de 80% da população nacional passou a residir no meio urbano. A organização, aliada à inexistência de políticas habitacionais gerou um resultado pernicioso a “saúde” habitacional da população de baixa renda no Brasil e a “insuficiente articulação das políticas de habitação popular com uma estratégia de desenvolvimento econômico e social” (SACHS, 1999, p. 21.)

As políticas habitacionais foram previstas, de maneira mais organizada, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988¹. O Artigo 6º define que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. O artigo 21º prevê que “Compete a união: XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos”. Assim, a moradia é um direito constitucional de cada cidadão (BRASIL, 1988).

Com isso, houve um impulso significativo nas políticas públicas para a habitação urbana, juntamente com sua devida especificação legal. A exata definição de ‘política pública, mesmo tão debatida e discutida pela literatura pertinente ao tema, não possui uma unanimidade em torno de seu significado (LIMA, 2012). Mesmo assim, é possível designá-la

¹Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

de forma genérica como um aparato de medidas governamentais com base em dados sociais fidelíssimos com a finalidade de organizar, planejar e executar medidas econômicas em setores essenciais da economia nacional para combater a pobreza dos setores populacionais de maior necessidade financeira (LIMA, 2012).

A discussão sobre a utilidade, foco e público alvo para a realização de políticas públicas, perpassa por alguns questionamentos centrais. De acordo com Rua (2009) nem toda a decisão política chega a constituir uma política pública, já que as políticas públicas são uma decisão conjunta e não isolada da sociedade. Em uma abordagem estatista das políticas públicas, LIMA, (2012, p. 51) menciona que “as políticas públicas, analiticamente, são monopólio de atores estatais. Em outras palavras, é política pública somente quando emana de ator estatal”. Sendo que a política compreende um conjunto de procedimentos destinados à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos (RUA, 2009).

As políticas públicas executadas em nível federal, estadual e municipal estão presentes em áreas como: educação, saúde, trabalho, lazer, assistência social, meio ambiente, cultura transporte e moradia. O enfoque do presente artigo está embasado em políticas habitacionais (moradia), diretamente relacionado ao direito do cidadão de possuir moradia digna. A relevância da questão habitacional brasileira, em que, devido “um crescimento rápido e uma profunda transformação da economia brasileira, levou, contudo a uma degradação das condições de habitação para uma parte considerável da população urbana” (SACHS, 1999, p. 21).

Constatação semelhante é realizada por (MOTTA et al.,2010), quando afirmam que a questão da habitação é um dos principais problemas sociais urbanos do Brasil. Na visão do autor, historicamente outros métodos de regularizar o déficit urbano no Brasil, já foram utilizados, porém tornaram-se ineficientes. Em meados do século XX, o financiamento estatal direto a construtoras privadas, regulamentando um teto máximo para o preço final de venda dos imóveis populares. Porém devido à baixa lucratividade por parte das empresas para efetivar essa tarefa somada ao risco e a inadimplência dos contratantes desses imóveis a participação privada direta se tornou ineficiente para a construção de moradias habitacionais populares. “Fica evidente, então, que o setor privado não seria capaz de resolver o problema da habitação para as camadas populares e que tal tarefa teria que ser assumida pelo Estado” (MOTTA et.al 2010, p. 3).

A Constituição Brasileira de 1988 também consolidou “o processo de descentralização das políticas públicas de planejamento urbano, que ficou a cargo dos municípios.” (BEDÊ, 2005, p. 18). Essa medida tornou possível ampliar a eficiência e eficácia por meio do gerenciamento local das decisões tomadas em torno da política urbana de habitações. Apesar disso, os Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, de orientação mais liberal, as políticas habitacionais foram pouco efetivas.

No governo Lula (2003-2010), a principal política para a habitação foi o Programa Minha Casa Minha Vida², vinculado ao Ministério das Cidades, lançado em abril de 2009. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), tornou-se o foco central das medidas governamentais para sanar as lacunas habitacionais brasileiras. Em sete anos de programa (2009 - 2016) os números destacam o “investimento de aproximadamente R\$295 bilhões; 4.219.366 unidades habitacionais contratadas; e, cerca de 10,5 milhões de pessoas beneficiadas (BRASIL, 2016)”.

Apesar dos avanços nas políticas habitacionais, em maior ou menor grau, obtidas pelo PMCMV e todo o arcabouço social e econômico que envolve a execução e entrega das habitações populares, ainda existe um hiato habitacional no país. Essa situação de forma mais específica, também é observada no município de Palmeira das Missões.

De acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Palmeira das Missões (2019), foram executados quatro programas habitacionais no município, totalizando 172 imóveis entre os anos de 2010 a 2016. No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC foi construído 58 unidades habitacionais; Secretaria Municipal de Assistência Social – No Programa SUB-50, 47 unidades habitacionais; no EMANCIPAR, 20 unidades habitacionais; No Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano do Estado do Rio Grande do Sul – SEHADUR, foram construídos 47 imóveis. As unidades habitacionais variam entre 42 a 47 m², em média formadas por quatro cômodos.

Além dos 172 imóveis já construídos e distribuídos aos beneficiários, mais 73 imóveis estão em construção. As famílias contempladas neste Programa Minha Casa Minha Vida e Fundo de Arrendamento Habitacional encontra-se em acompanhamento social (em forma de reuniões e capacitações) para instruir as famílias favorecidas pelo programa em temáticas voltadas a educação patrimonial, ambiental, capacitação para o trabalho e organização orçamentária. Mesmo assim, o déficit habitacional de 1,5 mil moradias, conforme o relatado por agentes da Secretaria de Habitação de Palmeira das Missões (2019), somado à baixa renda

² Para mais detalhes do funcionamento do Programa minha casa Minha Vida consultar a cartilha de apresentação do Programa, disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/

e condições pouco atrativas de emprego, a política de subsídio habitacional em um município se faz necessária, mesmo não havendo um crescimento populacional preponderante nas últimas três décadas.

Nessa perspectiva, o objetivo geral desse estudo consiste em compreender a organização das políticas habitacionais no município de Palmeira das Missões. Especificamente busca-se: caracterizar os programas habitacionais no município; caracterizar o perfil dos usuários dos programas habitacionais; Analisar a percepção das famílias beneficiadas por programas habitacionais no município de Palmeira das Missões, RS.

A escolha do tema ocorreu devido à percepção do déficit habitacional no município de Palmeira das Missões, que historicamente se mantém, mesmo após a constituição de 1988. A importância do trabalho para a área acadêmica evidencia-se por sua natureza analítica em torno de problemáticas socioeconômicas, temas caros aos cursos de Ciências Econômicas, especialmente o da UFSM - Palmeira das Missões. Do ponto de vista social, o trabalho pode apontar informações relevantes em relação ao esforço de políticas e instituições públicas para reduzir os problemas e desigualdades sociais.

2 POLÍTICAS HABITACIONAIS: HISTÓRICO, CONCEITOS E ANÁLISE DA LITERATURA

Políticas públicas pela sua própria definição estão vinculadas ao estado, em que o governo é o executor dessas medidas. Evans, Rueschmeyer e Skocpol, (1985, p. 3) mencionam que o “Estado faz com que tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas”. Nesse contexto, as políticas públicas devem ser refletidas para compreender como e porque os governos optam por um determinado investimento em detrimento de outro. E ainda, de que forma tais políticas podem ser maximizadas em benefício o público alvo e os objetivos dessa política. Entretanto, algumas reflexões sobre políticas públicas as definem “como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos (LYNN, 1980, p. 35),”. A partir de uma visão sintética, (DYE, 1984, p. 18) define de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Em conformidade com Maricato, (1997) o reordenamento espacial após o êxodo rural no Brasil, fez com que o meio urbano tivesse um crescimento demográfico acentuado e de

grande velocidade, dando uma maior visibilidade aos bolsões de pobreza no meio urbano. Nessa perspectiva, mesmo com o fim do processo de êxodo rural, as lacunas habitacionais permaneceram e se intensificaram ao longo do século XXI.

As políticas habitacionais brasileiras, não conseguem sanar a lacuna aberta em torno do déficit habitacional urbano existente. Assim, algumas adaptações sistemáticas urbanas, como barracos, favelas, vielas entre outras, porém ambas fruto de invasões a espaços públicos municipais, estaduais ou federais. Para Maricato (1997, p. 25), “há uma flexibilização na aplicação da lei, que permite ocupações ilegais como forma de “acomodar” os pobres nas cidades, ou seja, a ilegalidade foi e ainda é parte do modelo de desenvolvimento urbano brasileiro.”

Conforme o mencionado anteriormente, as políticas habitacionais forma contempladas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. De forma mais direta, no ano de 2001, com a regulamentação do Estatuto das Cidades³ Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, no seu artigo 2º menciona que:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. (BRASIL,1988)

Após o fim do Banco Nacional de Habitação e a promulgação da Constituição de 1988, as políticas destinadas à habitação foram realocadas para a Caixa Econômica Federal, porém devido a manobras políticas em nível do governo federal, não foram cumpridas as metas propostas para o segmento de habitação popular devido os seguintes motivos:

No Governo Collor (1990-1992), o mais importante programa habitacional lançado foi o PAIH (Plano de Ação Imediata para a Habitação), que propunha o financiamento de 245 mil habitações, em 180 dias, mas não cumpriu suas metas. O governo Itamar (1992 a 1994) criou os Programas Habitar Brasil e Morar Município, que tinham como objetivo financiar a construção de moradias para população de baixa renda, a serem construídas em regime de “ajuda mútua”. Todavia, esses Programas tinham uma padronização excessiva e muitas exigências legais, o que impedia muitos municípios de captarem os recursos disponibilizados. (MOTTA, 2010, p. 7)

Durante o período Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), mesmo reconhecido a necessidade de articular um viés de resolução para a questão habitacional urbana do país as

³ www2.senado.leg.br

metas também não foram cumpridas. Conforme Fernandes (2008), com a Lei Federal 10.257 aprovada no início dos anos 2000, o Estatuto das cidades, que possui como finalidade principal fornecer suporte jurídico as estratégias de desenvolvimento habitacional urbano, estabeleceu uma maior eficiência na execução de políticas habitacionais no país, pois solucionou um dos entraves aos projetos de habitação, a legitimidade burocrática dos programas e projetos

No governo Lula (2003-2010), a principal política para a habitação foi o Programa Minha Casa Minha Vida⁴, vinculado ao Ministério das Cidades, lançado em abril de 2009. Na operacionalização do programa, a iniciativa privada é a protagonista na produção das habitações, porém, mediada por órgãos da Caixa Econômica Federal e por meio da intervenção das secretarias municipais de Bem estar Social e de Habitação.

O resultado da ausência de oportunidades viáveis para uma adequação urbana, por parte da população vulnerável socialmente, e a falta de políticas habitacionais que alcancem a todos, a ocupação ilegal é o resultado da equação. Para defrontar essa realidade social, que ao longo da segunda metade do século XX já viera a ser confrontada com outros programas habitacionais a qual não serão aprofundados por não fazerem parte do objetivo desse estudo, mas nem por isso de menor significância.

O PMCMV enquadra-se em um contexto de aproveitamento de “finalidades anticíclicas, do já em andamento, Programa de Aceleração do Crescimento (MOREIRA, 2017. p, 597). A partir disso, formula-se o programa e cria-se, em 2009, o “Minha Casa, Minha Vida”, com a Medida Provisória nº 459/2009”. Seguindo exposição do autor, o PMCMV tem seu impulso inicial, entre outros fatores, com combate anticíclico à crise de 2009, nos Estados Unidos da América (crise do Subprime em 2008).

Normativamente, o PMCV faz parte do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (2007), vinculado ao Ministério das Cidades (gestor do Programa), e a Caixa Econômica Federal (gestora dos fundos que alimentam o Programa), juntamente com gestores locais, empresas privadas encarregadas da construção da obra e os beneficiários (MOREIRA, 2017). Entre as modalidades de financiamento particular, urbano ou rural, destacam-se as habitações voltadas a população em vulnerabilidade social que adquirem o imóvel de forma gratuita. Sem custo por parte dos beneficiários por se encaixarem nos critérios de seleção e

⁴ Para mais detalhes do funcionamento do Programa minha casa Minha Vida consultar a cartilha de apresentação do Programa, disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/

comprovarem as referentes informações. Os procedimentos a serem realizados pelo Poder Público, segundo a Caixa Econômica Federal⁵

A indicação e seleção dos beneficiários é de responsabilidade do Poder Público e deve ser apresentada à Caixa em até oito meses contados da contratação do empreendimento, conforme critérios nacionais e adicionais de priorização, definidos na Portaria nº 412 do Ministério das Cidades. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2019)

Em concordância com a já citada Cartilha do PMCMV, o programa tem como objetivos centrais, além de combater o déficit habitacional em um âmbito geral, conceber emprego e renda para a sociedade brasileira com a construção das habitações.

A abrangência do PMCMV é de âmbito nacional, introduzido em todas as macrorregiões brasileiras (MOREIRA, 2017. p. 8), “Minha Casa, Minha Vida está presente (em maiores ou menores proporções) em 5.530 dos 5.570 municípios do Brasil, o que representa Grau de Cobertura (GC) geral de 96,1%”.

Os participantes da organização, financiamento, gerenciamento e execução das habitações são: Caixa Econômica Federal, Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Distrito Federal, Estados e Municípios ou respectivos órgãos das administrações direta ou indireta, que aderirem ao programa e empresas do setor de Construção Civil. O público foco do programa são famílias com rendimento bruto mensal de até R\$: 1.800,00, porém por meio de projetos habitacionais geridos pelos órgãos competentes municipais, junto ao governo federal, são proporcionados e executados imóveis sem custo para a população em estado de vulnerabilidade social.

3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O trajeto para se alcançar a solução dos objetivos propostos passa por uma revisão da literatura, principalmente no que se refere às políticas públicas habitacionais; análise documental das instituições ligadas à habitação, em evidência a Caixa Econômica Federal e as entrevistas com agentes da Secretaria de Bem Estar Social do município de Palmeira das

⁵ Ver mais em : <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>. O que é o Programa Minha casa Minha vida recursos FAR – Fundo de Arrendamento Residencial.

Missões; e coleta de dados primários junto aos beneficiários de programas habitacionais no município.

Quanto aos objetivos a pesquisa pode ser classificada como descritiva, por revelar as características sociais e econômicas do perfil do grupo estudado (GERHARDT, 2009). Quanto à abordagem, classifica-se como quantitativa. A pesquisa quantitativa centra-se na objetividade, e normalmente recorre-se à análises matemáticas para identificar relações de causalidade de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (GIL, 1999)

Na primeira etapa do estudo é realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é uma “a modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos.” Referindo-se aos estudos dos conceitos e definições das políticas públicas sociais no Brasil (OLIVEIRA, 2007). Conforme Flick (2009, p. 233) embasada na bibliografia pertinente, é construída uma interpretação pautada na relação entre a interpretação dos dados e as fontes históricas. Como fontes para a etapa documental foi utilizado documentos disponibilizados pela Secretaria de Assistência Social do Município.

Na segunda etapa da pesquisa foi captado a percepção dos usuários de políticas habitacionais no município de Palmeira das Missões. Para a coleta dos dados foi utilizado um formulário de pesquisa, adaptado de Reis (2013), contendo questões fechadas, organizadas a partir da Escala de Likert. O primeiro bloco trata de questões de caracterização do perfil dos entrevistados; os demais blocos tratam de questões que buscam captar a percepção dos entrevistados sobre a percepção das unidades habitacionais, sobre o empreendimento, e de uma maneira geral, sobre o entorno em que as unidades habitacionais estão construídas.

3.1 DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA E COLETA DOS DADOS

A amostra foi do tipo não probabilística e por conveniência. A amostragem não probabilística é aquela que existe uma dependência, em maior ou menor grau, do julgamento do pesquisador ou do entrevistador de campo para a seleção dos elementos da população para compor a amostra MATTAR, (2001), ou seja, indivíduos podem ser incluídos e/ou escolhidos sem levar em conta a probabilidade de sua ocorrência. A amostra por conveniência pode ser definida como aquela que envolve a seleção de elementos de amostra que seja mais disponível

para tomar parte no estudo e que podem oferecer as informações necessárias (HAIR, JR., et al., 2005, p. 247)

Foram entrevistados 51 beneficiários de quatro programas habitacionais no município de Palmeira das Missões, construídos na periferia do município nos seguintes bairros: Esperança I, Esperança II, Mutirão e Santa Catarina. Os bairros compõem o conjunto periférico Leste do município, e não possuem praças, *playground*, áreas de lazer ou áreas de preservação ambiental. O questionário foi aplicado junto a indivíduos que se dispuseram a participar da pesquisa, entre os dias 09 de abril a 08 de maio de 2019.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Além da estatística descritiva básica (média e frequência), foi utilizada Análise de Componentes Principais e *Análise de Cluster*. A derivação fatorial é um método estatístico utilizado em estudos por meio da criação de variáveis. De acordo com (HAIR, JR., et al., 2005, p. 391) “é uma combinação linear das variáveis originais” em que a variância é diretamente a variabilidade na distribuição dos dados.

A primeira técnica foi utilizada com o intuito de realizar uma seleção de variáveis, em que se utiliza a variância no conjunto de dados. Assim, a Análise de Componentes Principais (ACP), utiliza um procedimento que “reduz o conjunto original de variáveis a um grupo menor de variáveis compostas”, em que cada componente é desenvolvido pela combinação contínua das variáveis originais (HAIR, JR., et al., 2005, p. 391).

A segunda (*Análise de Clusters*) foi utilizada para agrupar indivíduos que tem similaridades entre si (dentro do grupo) e diferenças quando se compara os grupos, e denomina-se de Análise de Conglomerados – Clusters, técnica multivariada de interdependência. De acordo com (HAIR, JR., et al., 2005) essa técnica viabiliza combinar as informações coletadas em grupos, de maneira que os dados de cada grupo sejam análogos entre si e divergentes dos outros grupos. Dessa maneira a análise de conglomerados, visa identificar agrupamentos naturais, usando diversas variáveis. De acordo com Hair Jr. *et al.* (2005),

Na análise de *Cluster*, variáveis, fatores, elementos ou unidades constituem grupos homogêneos a partir de indicadores de semelhança ou de afinidades entre eles. Esses indicadores constituem uma matriz chamada de “matriz de proximidade ou similaridade”.

Neste trabalho em específico foi utilizada a análise de *cluster* hierárquico, Método de *Ward*, também foi utilizada a “Distância Euclidiana Quadrada”, como medida de similaridade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção trata de uma descrição dos projetos habitacionais, bem como da percepção dos beneficiários destes programas no município de Palmeira das Missões.

4.1 PROJETOS HABITACIONAIS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES

Neste tópico descrevem-se as políticas públicas habitacionais da Caixa Econômica Federal desenvolvidas no âmbito do Município de Palmeira das Missões, quais sejam: a) Urbanização e regularização e integração de Assentamentos precários; b) Programa Morar Melhor, c) Habitar Brasil /BID e d) Pró-Moradia voltadas para a construção de casas populares para o contingente de baixa renda no município de Palmeira das Missões.

O “O Plano Municipal de Habitação”, diretamente articulado ao Plano Diretor da gestão municipal está disponível no site do IBGE, no perfil dos municípios brasileiros. Ao averiguar o atual plano torna possível perceber as prioridades do município no setor habitacional é possível identificar objetivos como: I “Integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade”⁶; II “Coibir novas ocupações por assentamentos habitacionais nas áreas inadequadas para essa finalidade”; III “Articular as instâncias municipal, estadual e federal de política e financiamento habitacional, visando a otimização dos recursos disponíveis”; IV “Produção de novas unidades habitacionais de interesse social”; V “Garantir, no caso de necessidade de remoção de área de risco ou por necessidade de obra de urbanização, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas”.

Porém, o plano habitacional do município não estabelece como prioridades essenciais “Promover a urbanização e recuperação física de favelas e loteamentos precários, bem como a regularização fundiária desses assentamentos e a melhoria das moradias existentes” “Garantir o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada e das edificações existentes”, priorizando

⁶ cidades.ibge.gov.br

ações nas áreas de risco. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2001).

No município, de maneira mais sistematizada, observa-se quatro projetos habitacionais, vinculados ao programa Minha Casa Minha Vida, e localmente organizados pela gestão administrativa municipal da Secretaria de Bem Estar Social e da Secretaria de Habitação.

Por intermédio destes programas foram entregues um total entre os programas averiguados a partir do ano de 2010, cento e setenta e duas unidades habitacionais com características especificadas, conforme cada programa e critérios estabelecidos pela Caixa Econômica Federal e da Gestão Municipal. Basicamente por ordem os critérios municipais para a concessão dos imóveis para a população carente são: 1º Moradores de áreas de risco, 2º Idosos, 3º Indivíduos que residem em regime de aluguel social mantidos pela gestão municipal, que por especificação legal podem ser mantidos por seis meses com prorrogação igual a mais seis meses. 4º Mães, estabelecidas quantitativamente por número de filhos, deficiências (portadores de necessidades especiais), e por fim aqueles que se encontram em vulnerabilidade social, conforme o que foi afirmado pela Secretaria de Habitação e de Bem Estar Social. Os recursos financeiros para o Programa Minha Casa Minha tem sustentação nas seguintes instituições: FAR e FDS e NIS. O Fundo de Desenvolvimento Social - FDS

O FDS instituído na forma do Decreto nº 103, de 22/04/1991, estando sob a regência da Lei nº 8.677, de 13/07/1993, tem por finalidade financiar projetos de investimento de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, sendo permitido o financiamento nas áreas de saneamento e infraestrutura, desde que vinculadas aos programas de habitação, bem como equipamentos comunitários. (FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2019)

Os financiamentos habitacionais destinam-se a população de baixa renda e, deste modo, o fundo contribui para a melhoria das condições de vida de um segmento da população que possui limitada capacidade de pagamento, concedendo financiamentos com subsídios⁷. O Fundo de Arrendamento Residencial:

⁷ <http://fundosdegoverno.caixa.gov.br/sicfg/fundos/FDS/detalhe/sobre/>

O FAR é um fundo financeiro de natureza privada, com prazo indeterminado de duração, regido pela Lei nº 10.188, de 12/02/2001 e pelo seu Regulamento. O fundo tem como objetivo prover recursos, ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR e ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, para realização de investimentos no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, edificação de equipamentos de educação, saúde e outros complementares à habitação. (FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL, 2019)

Os quatro programas implementados ou em fase de implementação no município são o SEHADUR/DEPRO nº1870.2009, em que a construção de casas ocorreu por meio do convênio SEHADUR/DEPRO nº1870.2009. O financiamento foi intermediado pelo Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano e o município de Palmeira das Missões, no âmbito do Programa Produção de Ações Habitacionais – Nossas Cidades. Este programa finalizou e beneficiou quarenta e sete famílias em estado de vulnerabilidade, todas nos bairros Esperança I e II no município, com o respectivo quadro de composição do investimento no plano de Trabalho e Expediente Administrativo nº001522-32.00/09-1. O término, vistoria e entrega dos imóveis para os beneficiados foi realizado em 13 de maio de 2013.

O referido programa habitacional foi organizado e orientado em regime de “mutirão”. Assim, a comunidade e o beneficiário recebiam o terreno e o material para a construção do imóvel e, em contra partida, o beneficiário era responsável pela contratação mão de obra para a construção. O padrão de construção era de 47m² com a disposição de quatro cômodos: dois quartos, sala/cozinha e banheiro. Entretanto devido às dificuldades em cumprir prazos e especificações estruturais dos projetos, foi destinada uma parcela dos recursos para a aquisição de material de construção para os custos da mão de obra especializada e terceirizada, o que gerou falhas estruturais nos projetos residenciais que foram construídos.

O EMANCIPAR (2339/2009) entregou durante o ano de 2011 vinte habitações a famílias palmeirenses. Todos os imóveis foram construídos no bairro Santa Catarina, por meio de recursos da CEF, e intermediado pelo município. O referido programa estabelecia como objetivos a disponibilização do terreno, material de construção e mão de obra, entregando aos beneficiados a residência completa, habilitada para a moradia.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de 2015, foi entregue no ano posterior, embasado em um adequado acompanhamento e desenvolvimento realizado no município, foram os 58 imóveis construídos pelo PAC. Atualmente conta com 73 imóveis em construção na modalidade “pulverizada”, uma vez que não estão aglomeradas no mesmo local. Nesse sentido, este módulo do PAC é composto por um grupo de medidas,

estabelecidas principalmente por parte da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O referido programa teve seu início no ano de 2007 em todo o Brasil, com a finalidade de executar grandes obras de Infraestrutura Social no meio urbano.

O SUB-50 é um programa em que devido à grande demanda habitacional nacional, a Caixa Econômica Federal terceirizou a administração dos recursos para a realização de diversos programas habitacionais, em que o programa SUB-50, pertencente ao Programa Minha casa Minha Vida, criado por Lei federal: 977/2009 teve os recursos disponibilizados pelo agente financeiro CRENHOR- Sarandi. A construção das habitações privilegiou em torno de duzentos indivíduos, sendo que: 40 em situação de risco, 43 mulheres chefes de família, 35 idosos, cinco pessoas com dificuldades de locomoção, e com renda média familiar até R\$ 1.600,00.

Estão disponibilizadas as atas de acompanhamento anterior e posterior à entrega das unidades habitacionais instruindo e capacitando os beneficiados dos imóveis sobre a manutenção do imóvel, gestão financeira familiar e educação ambiental, trabalho e renda e organização comunitária.

Dados dos Ministérios das Cidades (2018), apontam que foram liberados em torno de R\$ 33,5 milhões de reais no âmbito das políticas habitacionais a partir de 2009, que em maior ou menor grau, circula na economia do município e região.

4.2 PERFIL DOS BENEFICIADOS POR PROGRAMAS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES

Neste tópico está descrito o perfil dos entrevistados considerados na amostra (51 observações).

Tabela 1. Nível de Escolaridade dos entrevistados

| Escolaridade | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|---------------------|----------------------------|----------------------------|
| 1º Grau Incompleto | 36 | 70,59 |
| 2º Grau Incompleto | 2 | 3,92 |
| 2º Grau Completo | 4 | 7,84 |
| 3º Grau Completo | 1 | 1,96 |
| Analfabeto | 8 | 15,69 |
| Total | 51 | 100,00 |

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da pesquisa de campo (2019)

No que se refere ao chefe da família, 25 deles, ou seja, 49% são mulheres; 26, deles, 51% são homens. Predominam chefes familiares na faixa etária de 51 anos ou mais (35,29%); seguida da faixa entre 29 a 39 anos (31,37%); entre 19 a 28 anos (21,56%) e 19,6% dos chefes familiares entre 40 a 50 anos de idade.

A respeito do nível de Escolaridade dos chefes familiares, 70,58% possuem ensino fundamental incompleto, enquanto 13,72% alegam serem analfabetos. Esta situação preocupante em relação ao nível educacional formal dos beneficiários das habitações populares no município (*Tabela 1*). A questão da escolaridade, em larga medida, é condizente e explicada pelos critérios de seleção para inserção nos programas habitacionais. Os objetivos dos programas é priorizar indivíduos em vulnerabilidade social que se enquadre em área de risco, aluguel social, familiares que possuam debilitações, números de filhos por família que estejam em situação de fragilidade social. Este fragmento social em particular, devido sua própria condição de precariedade possui um menor acesso e índice de escolarização, conforme o disposto no Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, sobre o SUAS: Sistema único de Assistência Social⁸ e os critérios estabelecidos para fazer parte do grupo a ser beneficiado com os imóveis sociais.

Tabela 2. Condições de Trabalho dos entrevistados

| Tipo de Trabalho | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|-----------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Trabalhador com carteira assinada | 6 | 11,76 |
| Trabalhador sem carteira assinada | 18 | 35,29 |
| Aposentado/Pensionista | 11 | 21,57 |
| Do Lar | 1 | 1,96 |
| Desempregado | 15 | 29,41 |
| Total | 51 | 100,00 |

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da pesquisa de campo (2019)

A respeito da ocupação dos chefes familiares em relação ao mercado de trabalho, somente 11,76% possuem emprego com carteira assinada e 21,56% aposentados e pensionistas. Os demais se encontravam desempregados no momento da pesquisa de campo ou trabalhando em postos de trabalho informais e/ou sazonal. No rol da informalidade destacam-se atividades diretamente ligado a construção civil, jardinagem, serviços gerais e trabalhos periódicos domésticos (*Tabela 2*).

Parte importante da renda familiar dos considerados na amostra são os auxílios governamentais, em especial, a Bolsa Família (62,74% dos entrevistados). Destaca-se os

⁸ Ver mais em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao_eletronica/muse/Censo2015/.html

entrevistados do programa habitacional SUB-50 em que 87,50% das famílias recebem o benefício, revelando assim a fragilidade da condição de vida dessas famílias.

Tabela 3. Estratos de renda dos entrevistados

| Renda | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|-----------------------|----------------------------|----------------------------|
| até 1 SM | 38 | 74,51 |
| acima de 1 e até 2 SM | 11 | 21,57 |
| acima de 2 e até 3 SM | 2 | 3,92 |
| Total | 51 | 100,00 |

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da pesquisa de campo (2019)

Ainda sobre as características econômicas das famílias, em 74,50% dos considerados na amostra, possuem renda de até um salário mínimo mensal, e o número médio de residentes, em média, é de 3,74 pessoas. Com base nesses dois indicadores (pressupondo que cada família acessasse 1 salário mínimo), pode-se concluir que a renda *per capita* é de R\$ 248,04, que corresponde a 26,45% de um salário mínimo por pessoa. Enquanto 21,56% se enquadram com remuneração de um a dois salários mínimos e 3,92% de dois a três salários mínimos.

Considerando a amostra de 51 respondentes, que corresponde a 51 habitações, residem 191 pessoas (média de 3,74 pessoas por imóvel), com uma amplitude de variação entre 1 a 7 pessoas por família. Considerando cada programa tem-se a seguinte configuração: SEHADUR 3,09 pessoas EMANCIPAR 3,45 pessoas, PAC 4,04 pessoas e o SUB-50 4,25 pessoas por imóvel. Para efeitos de comparação da densidade familiar da amostra, perante os dados do IBGE (2010;2000)⁹, Censo Demográfico de 2010, o número de pessoas que residentes por domicílio a nível de país é de 3,34 indivíduos tendo recuado de 3,79 do Censo de 2000. E no estado do Rio Grande do Sul o número de habitantes conforme o censo de 2010 é de 2,99 pessoas por domicílio, em comparação com a média da amostra de 3,74 pessoas residentes por imóvel.

Os aspectos de mobilidade reduzida ou qualquer tipo de necessidades especiais no imóvel é um dos critérios considerados pela instituição gestora para distribuição das unidades habitacionais. Assim, em 39,21% das residências dos respondentes, possuíam algum membro que se encaixasse nessas condições. O que condiz com um dos critérios estabelecidos tanto pela Caixa Econômica Federal, quanto pela secretaria de Habitação e Bem Estar Social de Palmeira das Missões para ser beneficiado com o imóvel.

⁹ Ver mais em: www.brasil.gov.br.

Quando inquiridos sobre a localização dos imóveis, 66,66% dos respondentes a consideram que a localização do imóvel é bom ou ótimo, em que 56,86% consideram bom e 9,79% ótimo, o demonstra uma respectiva satisfação dos beneficiários com o local do imóvel, mesmo que esse se encontra na zona periférica municipal.

4.3 PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS ACERCA DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA

Em termos de análise estatística, a amostra mostrou-se adequada para a utilização da Análise Fatorial Exploratória (AFE), uma vez que o teste *Kaiser-Meyer-Olkin* identificou-se um valor de 0,676; Teste de Esfericidade de Bartlett foi estatisticamente significativo ao nível de 1% de probabilidade. A variância explicada dos dados foi de 72,09%. Identificou-se três fatores, que contribuem para explicar a percepção dos usuários de programas habitacionais no município de Palmeira das Missões

Tabela 4. Componentes da Matriz Fatorial Rotacionados

| Fatores | Variáveis | Componentes | | | h ² |
|--------------------------------|---|-------------|-------|-------|----------------|
| | | 1 | 2 | 3 | |
| Qualidade das Construções | Qualidade das instalações hidráulicas (torneiras, registros e válvulas) | 0,866 | | | 0,765 |
| | Qualidade dos materiais de revestimento (pisos e paredes) | 0,750 | | | 0,704 |
| | Qualidade das portas e janelas | 0,743 | | | 0,727 |
| | Qualidade das Instalações elétricas | 0,690 | | | 0,543 |
| Entorno | Como você avalia o acesso quanto à (ao): Educação | | 0,897 | | 0,866 |
| | Como você avalia o acesso quanto à (ao): Saúde | | 0,781 | | 0,763 |
| Características Empreendimento | Localização | | | 0,898 | 0,596 |
| | Aparência | | | 0,691 | 0,815 |

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da pesquisa de campo (2019)

As comunalidades (h²) representam a quantidade de variância que uma variável compartilha com as demais e nesta análise elas revelaram um nível significativo de explicação. Fávero et al (2009) considera como parâmetro um valor superior a 0,5, parâmetro indicado como aceitável, o que pode ser observado pois a grande maioria a análise (tabela 4).

O primeiro conjunto de variáveis é responsável por 32,747 % da variância explicada e agrega variáveis diretamente relacionadas aos aspectos da construção das unidades habitacionais. Esse comportamento pode ser explicado pelas características específicas de cada programa no que se refere à Unidade Habitacional. O segundo representa 20,771% e agrega duas variáveis relacionadas ao entorno, ou seja, em relação à estrutura de serviços disponíveis para os beneficiários do programa. O terceiro fator (características dos empreendimentos) explica 19,581% da variância dos dados e relaciona-se a dois aspectos típicos dos Programas em si, e aquilo que eles devem conter, além da construção das moradias. De um modo geral, as percepções dos beneficiários retratam as especificidades de tempo, lugar e padrão de construções e condições de acesso de cada programa.

4.3.1 Tipologias de beneficiários dos Programas Minha Casa Minha Vida no Município de Palmeira das Missões

A análise de *Clusters* permitiu a constituição de dois grupos de beneficiários de programas habitacionais no município de Palmeira das Missões. O primeiro é composto por 22 beneficiários e o segundo grupo é composto por 29 beneficiários, distribuídos em quatro programas existentes no município.

Tabela 5. Participação dos beneficiários nos programas habitacionais, por Cluster.

| Programas | Grupo 1 | | Grupo 2 | |
|-----------------|------------|----------------|------------|----------------|
| | Frequência | | Frequência | |
| | Absoluta | Frequência (%) | Absoluta | Frequência (%) |
| SEHADUR/Mutirão | 7 | 31,8 | 4 | 13,8 |
| EMANCIPAR | 8 | 36,4 | 3 | 10,3 |
| PAC | 2 | 9,1 | 19 | 65,5 |
| SUB-50 | 5 | 22,7 | 3 | 10,3 |
| Total | 22 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da pesquisa de campo (2019).

Majoritariamente compõe o primeiro grupo beneficiários dos programas EMANCIPAR, SEHADUR e SUB 50 enquanto que no Grupo 2 predominam beneficiários dos programa PAC. A *tabela 5*, representa a frequência da composição de cada Cluster. No *Grupo 1*, é composto centralmente pelos programas EMANCIPAR, SEHADUR e PAC, respectivamente 36,4%; 31,8% e 22,7%. Já o Grupo 2 é formado essencialmente por imóveis do programa PAC, representando 65,5% de sua composição.

O programa habitacional denominado de PAC, é mais recente entre os programas averiguados, sendo concluído no ano de 2015/2016, é o de melhor qualidade entre os quatro pesquisados. Os motivos que validam essa afirmação é a qualidade das habitações e o seu entorno, pois todos os imóveis desse programa possuem pavimentação das ruas, calçadas e iluminação pública, somadas a revestimentos internos, pintura externa e aquecimento solar para o sistema de água do banheiro, pré-requisitos essenciais para os tramites burocráticos de liberação do financiamento para construção dos imóveis junto a Caixa Econômica Federal.

O programa SUB-50 teve avaliações positivas sobre os imóveis, porém inferiores ao PAC. Os imóveis desse programa em sua maioria possuem pavimentação das ruas, iluminação pública e calçadas, somados a um certo nível de desenvolvimento dos imóveis pesquisados, como reformas e ampliações. O entorno de ambos os programas (PAC e SUB-50) fazem partes os bairros Esperança I e II.

No Grupo 2 predominam os beneficiários dos programas EMANCIPAR e SEHADUR. Estes apresentam as piores condições de imóveis, quanto do entorno, sobretudo as condições dos bairros Mutirão e Santa Catarina. Estes bairros apresentam uma considerável quantidade de ruas não pavimentadas, a inexistência de calçadas e uma dispersão espacial da iluminação pública deficitária. Aliadas a essas circunstâncias os imóveis do programa SEHADUR não possuem repartições internas, revestimento, reboco interno e externo, pintura, forro e instalações hidráulicas e elétricas deficitárias e de pouca qualidade. Sendo esse programa foi o de piores condições. O programa EMANCIPAR possui sérias lacunas em sua infraestrutura, como a falta de calçadas e de revestimento interno, teve avaliações melhores que o SEHADUR, mas ambos apresentam problemas mais significativos, tanto do imóvel quanto do seu entorno.

Tabela 6. Percepções dos beneficiários quanto à estrutura do imóvel

| | Grupo 1 | | | Grupo 2 | | |
|--|----------------|-------|---------------|----------------|-------|---------------|
| | Nº Observações | Média | Desvio Padrão | Nº Observações | Média | Desvio Padrão |
| Tamanho da Unidade Habitacional (U.H.) | 22 | 3,36 | 1,293 | 29 | 3,79 | 1,048 |
| Tamanho da Cozinha | 22 | 2,55 | 1,299 | 29 | 2,21 | 1,146 |
| Tamanho do banheiro | 22 | 3,18 | 1,259 | 29 | 3,69 | ,891 |
| Tamanho da Sala de estar/Refeições | 22 | 2,91 | 1,377 | 29 | 3,69 | ,806 |
| Tamanho do dormitório Casal | 22 | 3,32 | 1,171 | 29 | 3,69 | 1,004 |
| Tamanho do Dormitório 2 | 22 | 3,27 | 1,120 | 29 | 3,55 | 1,021 |
| Disposição dos cômodos de sua casa? | 22 | 2,86 | 1,283 | 29 | 3,93 | ,704 |

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da pesquisa de campo (2019) Obs: Dados calculados a partir da escala em que considerou-se 1) Péssimo; 2) Ruim; 3)Regular; 4) Bom; 5) Ótimo

A percepção sobre o imóvel, na perspectiva individual é diferente entre os grupos, devido ao entendimento de cada indivíduo entrevistado a respeito do imóvel que habita. Em definições que variam de 1 a 5, a média das avaliações do agrupamento 1 é de 3,07 no total de 21 questionamentos retratados nas tabelas 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10. E no agrupamento 2 é de 3,82 em médio a avaliação dos beneficiários nos mesmos quesitos (Tabela 6).

Com base na *tabela 6* a respeito do tamanho das unidades habitacionais, o quesito *tamanho da cozinha* teve a pior avaliação em ambos os Clusters, 2,55 e 2,21, tendo como média 2,38 estando assim no patamar de ruim. O que representa a insatisfação dos beneficiários com o tamanho do cômodo. Em contrapartida a melhor avaliação no *Cluster 1* foi a respeito do *tamanho do dormitório do casal* ou tamanho do dormitório principal que foi em média de 3,27 (regular) enquanto no *Cluster 2* A melhor avaliação está na item *disposição dos cômodos de sua casa* com a avaliação média de 3,93 sendo praticamente avaliado como bom (4). Essa avaliação demonstra uma melhor elaboração técnica em torno dos imóveis desse Cluster e respectivamente a seu programa.

Tabela 7. Percepções dos beneficiários quanto à qualidade da estrutura do imóvel.

| | Grupo 1 | | | Grupo 2 | | |
|---|----------------|-------|---------------|----------------|-------|---------------|
| | Nº Observações | Média | Desvio Padrão | Nº observações | Média | Desvio Padrão |
| Qualidade dos materiais de revestimento (pisos e paredes) | 22 | 1,95 | 1,090 | 29 | 3,93 | ,842 |
| Qualidade das portas e janelas | 22 | 2,68 | ,780 | 29 | 4,17 | ,848 |
| Qualidade das Instalações hidráulicas | 22 | 2,68 | 1,041 | 29 | 3,97 | 1,017 |
| Qualidade das Instalações elétricas | 22 | 3,05 | 1,174 | 29 | 4,41 | ,628 |
| Qualidade do telhado | 22 | 2,95 | 1,174 | 29 | 4,52 | ,738 |

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da pesquisa de campo (2019) Obs: Dados calculados a partir da escala em que considerou-se 1) Péssimo; 2) Ruim; 3)Regular; 4) Bom; 5) Ótimo.

Outro aspecto relevante, identificado na *tabela 7* é que no item (qualidade de materiais de revestimentos - pisos e paredes). Este item apresentou um dos índices mais baixos na avaliação, no agrupamento 1 (1,95) enquadrando-se como péssimo, já no Grupo 2 de 3,93, o que reflete, em alguma medida, a disparidade na qualidade do acabamento entre os programas habitacionais pesquisados. Os programas PAC e SUB-50 apresentam resultados melhores do que os programas EMANCIPAR e SEHADUR em praticamente em todos os quesitos pesquisados. A qualidade dos revestimentos, pisos e paredes teve avaliação de 1,95 no Grupo 1 pelo motivo de que os imóveis do programa SEHADUR que fazem parte do Grupo 1 não possuem revestimentos, o que resulta em uma péssima avaliação nesse quesito.

Nos programas SEHADUR e EMANCIPAR foram construídos em regime de “mutirão” em que o beneficiário deveria prestar a mão de obra. Devido as condições financeiras, inexperiência e incapacidade dos beneficiários de realizar esse trabalho, foi destinado parte dos recursos que seriam utilizados na aquisição de material para custear a mão de obra. Assim as habitações nesse regime de construção são em sua totalidade inacabadas por falta de recursos. Em especial o acabamento não foi realizado, como: reboco, forro, pisos instalação elétrica e hidráulica, e em alguns casos nem mesmo as repartições do imóvel foram realizada.

Tabela 8. Percepções dos beneficiários quanto a segurança e conforto ambiental.

| | Grupo 1 | | | Grupo 2 | | |
|---|----------------|-------|---------------|----------------|-------|---------------|
| | Nº Observações | Média | Desvio Padrão | Nº observações | Média | Desvio Padrão |
| Segurança da U.H, assaltos/roubos, invasões e vandalismo | 22 | 2,32 | 1,427 | 29 | 3,48 | 1,153 |
| Conforto ambiental em relação à Iluminação Natural | 22 | 3,82 | 1,140 | 29 | 4,14 | 1,060 |
| Conforto ambiental em relação à Ventilação | 22 | 4,05 | 0,653 | 29 | 4,31 | ,660 |
| Conforto ambiental em relação à barulhos/ruídos (interno e externo) | 22 | 3,59 | 0,854 | 29 | 3,90 | ,772 |
| Conforto ambiental em relação à Temperatura no inverno | 22 | 2,64 | 0,953 | 29 | 3,90 | ,976 |
| Conforto ambiental em relação à Temperatura no verão | 22 | 2,27 | 0,767 | 29 | 3,07 | 1,033 |
| Aparência da sua casa | 22 | 3,50 | 1,185 | 29 | 4,28 | ,797 |
| Privacidade entre moradores da casa | 22 | 3,68 | 0,894 | 29 | 4,03 | ,566 |

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da pesquisa de campo (2019) Obs: Dados calculados a partir da escala em que considerou-se 1) Péssimo; 2) Ruim; 3)Regular; 4) Bom; 5) Ótimo

Mesmo geograficamente próximos, na análise comparativa constatou-se que no tópico Segurança da U.H (contra assaltos/roubos, invasões e vandalismo), a diferença entre os dois grupos de beneficiários é expressiva. No grupo 1 o escore varia entre ruim e regular ao passo que no Grupo 2 é avaliado em 3,48 (regular e bom), assim, a pior avaliação está nos programas habitacionais de menor qualidade (SEHADUR e EMANCIPAR). Conforme a percepção do entrevistador sobre os relatos e respostas dos entrevistados em torno da temática “segurança” pode-se perceber nitidamente a corrente preocupação dos beneficiários na falta de segurança dos bairros onde residem. Os motivos dessa insegurança não fazem parte do questionário aplicado, porém de modo empírico se dá pelo alto nível de usuários de droga e de desemprego da população residente nos bairros e em seu entorno.

Em uma perspectiva mais ampla, a visão dos entrevistados em torno do “conforto ambiental”, teve uma avaliação positiva em ambos os agrupamentos, principalmente nos quesitos: ventilação e iluminação natural, com uma pequena discrepância de um Agrupamento para o outro, mas ambos podendo ser classificados como “bom”. Interessante perceber que a avaliação sobre a aparência do imóvel tem avaliações no Grupo 2 na casa dos 4,28 em média, demonstrando um alto índice de satisfação por parte dos entrevistados do Grupo 2 sobre a aparência dos imóveis. Em contrapartida o Grupo 1 apresenta uma grande insatisfação a respeito do isolamento térmico das habitações, já que as avaliações em torno da temperatura do imóvel tiveram pontuações baixas.

Tabela 9. Percepção dos beneficiários sobre o Empreendimento (Características dos Programas)

| | Grupo 1 | | | Grupo 2 | | |
|-------------------------------------|----------------|-------|---------------|----------------|-------|---------------|
| | Nº observações | Média | Desvio Padrão | Nº observações | Média | Desvio Padrão |
| Privacidade (em relação à vizinhos) | 22 | 3,59 | ,734 | 28 | 3,82 | ,723 |
| Aparência | 22 | 3,77 | ,973 | 29 | 4,55 | ,686 |
| Localização | 22 | 3,41 | 1,054 | 29 | 4,10 | ,673 |
| Iluminação Pública | 22 | 2,68 | 1,287 | 29 | 2,79 | 1,473 |
| Escoamento de água de chuva | 22 | 2,64 | 1,255 | 29 | 3,62 | 1,265 |
| Ruas | 22 | 2,27 | 1,420 | 29 | 3,52 | ,871 |
| Calçadas | 22 | 1,59 | 1,098 | 29 | 2,90 | 1,345 |
| Áreas de lazer | 22 | 1,18 | ,501 | 29 | 1,10 | ,557 |
| Áreas de convivência e reunião | 22 | 1,32 | ,716 | 29 | 1,79 | ,819 |

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da pesquisa de campo (2019) Obs: Dados calculados a partir da escala em que considerou-se 1) Péssimo; 2) Ruim; 3)Regular; 4) Bom; 5) Ótimo

Diante da temática da localização do imóvel dentro do município de Palmeira das Missões, as avaliações conforme o prescrito na *Tabela 9* foram de 3,41 Agrupamento 1 e 4,10 Agrupamento 2. Mesmo se tratando de programas habitacionais construídos em zonas periféricas e de índice de criminalidade elevados no município, os integrantes familiares que participaram da entrevista avaliaram respectivamente entre regular e bom o local onde moram. Isso pode ser explicado pelo fato de que grande parte das famílias já morava nos locais onde as residências foram construídas ou próximo delas. A avaliação da iluminação pública entre os entrevistados, de ambos os grupos, gira em torno de ruim para regular. Porém alguns moradores alegaram que o trabalho de reposição da iluminação pública tinha sido realizada pela gestão municipal, e a avaliação negativa se dava pela demora na realização do serviço.

Os programas SEHADUR e EMANCIPAR, a qual preponderantemente fazem parte do Grupo 1 possuem um índice de avaliação em torno das calçadas de 1,59 e respectivamente de 2,90 para grupo 2. A questão fundamental para a baixa avaliação está na inexistência de calçadas em torno dos programas citados a cima. O escoamento da água de chuva com avaliações 2,64 (Grupo 1) e 3,62 (Grupo 2), foi uma das maiores preocupações dos entrevistados em praticamente todos os bairros, devido aos problemas derivados desse aspecto. Juntamente com as calçadas, as ruas avaliadas em 2,27 (Grupo 1) e 3,52 (Grupo 3) tende a refletir a inexistência de pavimentação nos programas que predominam beneficiários do Grupo1, possuindo apenas cascalho ou ainda, saibro, popularmente conhecida como “chão batido”.

Tabela 10. Percepção dos beneficiários sobre o empreendimento e o seu entorno.

| | Grupo 1 | | | Grupo 2 | | |
|--|----------------|-------|---------------|----------------|-------|---------------|
| | Nº observações | Média | Desvio Padrão | Nº Observações | Média | Desvio Padrão |
| Acessibilidade às áreas públicas, de uso comum e equipamentos públicos | 21 | 1,29 | ,644 | 26 | 1,88 | 1,107 |
| Coleta de Lixo | 22 | 3,95 | ,653 | 29 | 4,14 | ,693 |
| Segurança contra assaltos/roubos, invasões, vandalismo e violência | 22 | 2,18 | ,958 | 29 | 3,21 | 1,177 |
| Rede e sinal de telefonia | 22 | 4,82 | ,501 | 29 | 5,00 | ,000 |
| O acesso ao Transporte Público | 22 | 2,77 | 1,343 | 29 | 3,93 | 1,223 |
| A qualidade do Transporte Público | 22 | 4,09 | ,750 | 29 | 4,14 | ,789 |

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da pesquisa de campo (2019).Obs: Dados calculados a partir da escala em que considerou-se 1) Péssimo; 2) Ruim; 3)Regular; 4) Bom; 5) Ótimo

O abastecimento de água foi um dos questionamentos de melhor avaliação, e variou entre 4,27 e 4,76, respectivamente. Esse dado deriva do fato de que o conjunto dos bairros da zona leste de Palmeira das Missões possuem abastecimento próprio de água descentralizado de outras áreas da cidade, que são abastecido pela Corsan. Já nos quesitos acessibilidade às áreas públicas de uso comum e equipamentos públicos, áreas de lazer avaliação, áreas de convivência e para reuniões possuem uma avaliação entre péssimo e ruim. As motivações das referidas pontuações se dá pela inexistência de infraestrutura nos bairros Mutirão, Esperança I e II e Santa Catarina, que não possuem áreas públicas como praças, quadras de esportes, academias populares.

De acordo com as informações relatadas pelos entrevistados, o bairro Santa Catarina, possui uma quadra de esportes coberta, construída pela Gestão Municipal, mas inacabada. Devido à falta de finalização da obra, o local atualmente encontra-se abandonado, depredado, incapaz de permitir a realização de atividades esportivas. Esse espaço, no turno da noite,

principalmente é tomado por dependentes químicos, metaforicamente explanado pelos moradores do entorno de “cracolândia”. Áreas destinadas para reuniões dos bairros, respectivamente não existem. Como pavilhões comunitários ou algo de mesma finalidade. Ambos os bairros pesquisados utilizam para momentos de reuniões entre os moradores o pavilhão da igreja local, que cede esse espaço para os moradores.

Tabela 11. Percepção dos beneficiários sobre o entorno – Bairros próximos e vizinhos.

| | Grupo 1 | | | Grupo 2 | | |
|-------------------------------|----------------|-------|---------------|----------------|-------|---------------|
| | Nº Observações | Média | Desvio Padrão | Nº observações | Média | Desvio Padrão |
| Acesso ao Trabalho | 22 | 1,18 | ,664 | 29 | 1,17 | ,539 |
| Acesso ao Comércio/Serviços | 22 | 2,23 | 1,066 | 29 | 2,69 | 1,004 |
| Acesso à Educação | 22 | 4,00 | ,756 | 29 | 4,66 | ,553 |
| Acesso ao lazer | 22 | 1,18 | ,501 | 29 | 1,55 | 1,021 |
| Acesso à Saúde | 22 | 3,09 | 1,151 | 29 | 4,31 | ,541 |
| Acesso ao Esporte | 22 | 1,73 | ,985 | 29 | 2,34 | 1,173 |
| Acesso à Atividades culturais | 22 | 1,18 | ,588 | 29 | 1,07 | ,371 |
| Acesso à Assistência Social | 22 | 3,00 | 1,746 | 29 | 4,14 | 1,356 |

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da pesquisa de campo (2019) Obs: Dados calculados a partir da escala em que considerou-se 1) Péssimo; 2) Ruim; 3)Regular; 4) Bom; 5) Ótimo.

O acesso ao lazer e o esporte foram mal avaliados em ambos os grupos. Isso se deu pelo fato de não existir no entorno dos quatro bairros averiguados (Esperança I e II, Santa Catarina e Mutirão) quadras de esportes, campos de futebol ou afins em âmbito comunitário e gratuito. Devido à falta de planejamento e recursos próprios para esse segmento no âmbito dos empreendimentos e da gestão pública, é realçado o déficit em torno dessa importante variável para a qualidade de vida da população em geral.

A visão do entorno das unidades habitacionais, tem uma certa relação de similaridade com a visão do entorno o empreendimento em alguns questionamentos. Assim o foco medular da análise da *tabela 11* é a visão de acesso e qualidade dos fatores essenciais para a qualidade de vida urbana e social para um cidadão.

A avaliação a respeito do acesso a educação foi bom no perfil 1 (bom) e de entre bom e ótimo no Grupo 2 (4,66). Em termos de qualidade da educação a avaliação é de 3,74 e 3,86, respectivamente (*tabela 12*). De acordo com os entrevistados, entre os quatro bairros existem duas escolas estaduais, uma delas funciona em turno integral de ensino fundamental; a outra dispõe de ensino médio regular e na modalidade de EJA, nos turnos noturno e diurno, e cursos profissionalizantes pela parte da noite. Além disso, existe uma escola municipal de ensino fundamental diurno e noturno e na modalidade de EJA fundamental noturno.

A questão do acesso à saúde 3,09 e 4,31 (*tabela 11*), gira em torno de regular e bom. Os Bairros Santa Catarina, Esperança I e II, possuem um posto de saúde em seu entorno; o bairro Mutirão mesmo estando no entorno do referido posto, devido o alto fluxo de pessoas demandantes dos serviços de saúde, os habitantes do bairro foram redirecionados para o Centro Social Urbano, localizado no bairro Passo D'areia. Esse redirecionamento gera um maior dispêndio de tempo por parte dos usuários devido uma maior distância até o centro de saúde. Por fim, pode-se perceber pela avaliação feita pelos entrevistados, que existe uma forte atuação da Assistência Social Municipal, tanto no que se refere ao acesso (3,00 e 4,14), quanto a qualidade do serviço (3,29 e 4,28).

Basicamente o grupo 2 tem melhor avaliação nesses quesitos por que os programas que o compõem na maioria (PAC e SUB-50) tiveram um acompanhamento mais minucioso por parte da secretaria de Bem Estar Social, que além de instrução sobre o imóvel e sua respectiva manutenção, ofertaram cursos técnicos e de capacitação para as famílias beneficiadas. Essa medida, tornou a avaliação do grupo 2 superior a do grupo 1, que na fala dos entrevistados não teve acompanhamento de cunho social durante a execução dos projetos SEHADUR e EMANCIPAR.

No que se refere ao acesso ao lazer, assim como sua qualidade em ambos os grupos de beneficiados a avaliação é péssimo. O bairro Santa Catarina atualmente revela sua quadra de esportes inacabada. Já os bairros Esperança I e II e o Mutirão, não possuem quadras de esportes pública ou algo do gênero. A prática de esportes é realizada em um campo improvisado em terreno baldio de propriedade indefinida, basicamente frequentada por crianças e adolescentes, o que não pode se enquadrar conforme os critérios da pesquisa como espaço público de práticas de esporte. Nesse mesmo índice avaliativo de paridade está o acesso e qualidade do esporte, que possui avaliação baixa, por não existir espaço para a prática de esportes. O mesmo se refere às atividades culturais, os questionamentos enquadrados como mal avaliados, pois não são ofertados ou instigados pela gestão pública. De um modo geral, atividades culturais é uma lacunas nas prioridades urbanas da sociedade palmeirense, sobretudo para famílias de baixa renda.

Tabela 12. Percepção dos entrevistados sobre Qualidade dos serviços

| | Grupo 1 | | | Grupo 2 | | |
|--|-------------------|-------|------------------|-------------------|-------|------------------|
| | Nº observações | Média | Desvio Padrão | Nº observações | Média | Desvio Padrão |
| Escoamento de água de chuva | 21 | 2,00 | 1,095 | 29 | 3,34 | 1,078 |
| Qualidade da Iluminação Pública | 22 | 2,86 | 1,125 | 29 | 2,72 | 1,306 |
| Qualidade das Ruas | 22 | 2,27 | 1,120 | 29 | 3,38 | 1,015 |
| Qualidade das Calçadas | 21 | 1,67 | 1,111 | 29 | 3,00 | 1,225 |
| Qualidade da Praça | 21 | 1,00 | ,000 | 29 | 1,00 | ,000 |
| Qualidade do acesso ao Comércio/Serviços | 20 | 2,40 | 1,142 | 29 | 3,24 | 1,091 |
| Qualidade do acesso à Educação | 19 | 3,74 | ,872 | 29 | 3,86 | ,581 |
| Qualidade do acesso ao Lazer | 20 | 1,35 | ,671 | 28 | 1,50 | ,839 |
| Qualidade do acesso ao Saúde | 21 | 2,76 | 1,179 | 28 | 3,82 | 1,056 |
| Qualidade do acesso ao Esporte | 19 | 1,53 | ,772 | 25 | 1,68 | ,900 |
| Qualidade do acesso à Cultura | 21 | 1,05 | ,218 | 26 | 1,00 | ,000 |
| Qualidade do acesso ao assistente Social | 21 | 3,29 | 1,707 | 29 | 4,28 | 1,131 |

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da pesquisa de campo (2019) Obs: Dados calculados a partir da escala em que considerou-se 1) Péssimo; 2) Ruim; 3)Regular; 4) Bom; 5) Ótimo

A qualidade da saúde 2,76 e 3,82 entre ruim/regular e regular/bom, nos grupos 1 e 2, respectivamente é justificada em partes pela localização das habitações e a distância de sua moradia até a unidade de saúde responsável pela demanda por saúde do bairro. Em segundo lugar, e não de menor importância, está o relato dos moradores da falta de medicamentos, demora no atendimento e falta de capital humano (médicos) aliados a incapacidade das unidades de saúde em solucionar problemas de maior complexidade.

Tabela 13. Percepção dos beneficiários quanto ao trabalho social e capacitação

| | Grupo 1 | | | Grupo 2 | | |
|--|-------------------|-------|------------------|-------------------|-------|------------------|
| | Nº Observações | Média | Desvio Padrão | Nº observações | Média | Desvio Padrão |
| Orientações sobre o PMCMV antes de receber a casa? | 18 | 2,33 | 1,749 | 22 | 4,64 | 1,177 |
| Orientações Educação Patrimonial pós contrato | 17 | 4,76 | 12,013 | 22 | 4,45 | 1,405 |
| Orientações sobre Organização comunitária pós contrato | 17 | 1,82 | 1,425 | 20 | 4,10 | 1,553 |
| Orientações sobre Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar pós contrato | 18 | 2,06 | 1,589 | 18 | 4,33 | 1,414 |
| Orientações capacitação para Trabalho e Renda pós contrato | 18 | 2,17 | 1,618 | 19 | 3,21 | 1,653 |
| Orientações Educação Ambiental pós contrato | 18 | 1,89 | 1,491 | 20 | 4,35 | 1,461 |

Fonte: Elaboração dos autor, com base nos dados da pesquisa de campo (2019). Obs: Dados calculados a partir da escala em que considerou-se 1) Péssimo; 2) Ruim; 3)Regular; 4) Bom; 5) Ótimo

Os programas PAC e SUB-50 tiveram avaliações positivas nos quesitos apresentados na *tabela 13* a respeito de capacitações e orientações sobre educação ambiental, capacitação

para o trabalho, orçamento familiar, planejamento e organização. Já os mesmos quesitos nos dois programas restantes tiveram grande parte das avaliações negativas ou sem resposta. Entre os motivos pode-se elencar o fato do entrevistado não ser o chefe familiar e não ter participado do processo de orientação. Um segundo motivo seria a não participação dos beneficiários dos programas SEHADUR e EMANCIPAR nas capacitações, por não ser obrigatória a participação. Enquanto no programa PAC, existia uma obrigatoriedade para receber o benefício em participar das capacitações, pelo menos um representante familiar (*tabela 13*).

Orientações sobre a indagação condizente a capacitação para Trabalho e Renda pós-contrato foram desenvolvidas durante as obras do PAC e SUB-50, conforme o mencionado pelo representante da Secretaria de Habitação municipal. O referido quesito da tabela 6 é de suma importância para as projeções familiares e comunitárias, tendo a avaliação de 2,17 e 3,21 conforme os perfis entre ruim e regular, sendo essa uma questão de grande dificuldade em ser respondida por parte dos entrevistados. O motivo da dificuldade se dá por motivos alheios a percepção do objeto de coleta de dados, tornando-se uma indagação em aberto durante e após a pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o direito a moradia seja uma prerrogativa da Constituição Brasileira de 1988, os projetos de habitação realizados ou em curso, em grande medida são realizações com base na orientação política federal, ora mais voltadas para uma visão desenvolvimentista, ora mais liberal. Este fator faz com que com a mudança de objetivos ou troca de governo, os projetos já em curso sejam abandonados, e todo o trabalho já realizado fique inerte, o que gera um custo aos cofres públicos e externalidades negativas à sociedade. A falta de continuidade dos programas habitacionais, em que possa ser realizada a melhoria das lacunas em que outros programas tenham falhado, tem implicações nas políticas habitacionais.

O entorno onde os imóveis foram construídos, possuem graves problemas de infraestrutura, como por exemplo, a falta de rede de esgoto, em que cada residência possui uma fossa séptica. A água da chuva é um agravante impar na salubridade das famílias que habitam as residências do programa. Por ser um local íngreme os imóveis estabelecidos em locais mais íngremes sofrem severos desgastes com o acúmulo da água da chuva, invadindo casas, que por estarem em locais mais baixos que a rua são periodicamente invadida pelas

aguas das chuvas. A avaliação a respeito o acesso e qualidade do transporte público, dificuldades agravadas do bairro Santa Catarina e Esperança I, que não possuem paradas de ônibus, em que os indivíduos que utilizam do serviço necessitam deslocar-se de 4 a 6 quadras para utilizar o serviço. Essa condição aliada ao fato de que o bairro Esperança I, não possui calçamento, e suas ruas são de terra e cascalho, em dias chuvosos e pela seu ângulo íngreme, as condições de tráfego são no mínimo dificultadas.

Os bairros relatados na amostra da pesquisa, Esperança I e II, Mutirão e Santa Catarina possuem discrepâncias básicas em relação a infraestrutura básica para a moradia adequada de sua população. A questão das calçadas, (passeio) existente apenas no bairro Esperança II pois no programa PAC, era uma obrigatoriedade do programa. Mesmo que esteja disposto na lei Orgânica¹⁰ do município de Palmeira das Missões que os proprietários dos imóveis são responsáveis pelo passeio público, os programas habitacionais populares não se encaixam nesse padrão. A carência da população beneficiária dos programas, que não possuem condições de realizar essa obra de infraestrutura né observada nos bairros Esperança I , Mutirão e Santa Catarina.

Programas habitacionais em regime de “mutirão” não possuíram êxito, devido o fato de que a proposta era do programa ceder o projeto e material e os beneficiários a mão de obra, o que ocorreu no programa SEHADUR.

A respeito do trabalho social realizado antes, durante ou depois da entrega dos imóveis, os programas SEHADUR, EMANCIPAR tiveram uma avaliação inferior aos outros programas. Estes não tiveram acompanhamento social juntamente com os beneficiados, como: educação Patrimonial, organização comunitária, planejamento e gestão de orçamento familiar, trabalho e renda e educação ambiental. Enquanto o programa SUB-50 teve de modo geral avaliação mediana em torno desses quesitos, e por fim os entrevistados do programa PAC avaliaram basicamente como ótimo o acompanhamento realizado pela assistência social do município durante a realização das obras.

Apesar do esforço de diferentes esferas do setor público o déficit populacional no município de Palmeira ainda se mantém, mesmo com a implantação dos últimos programas habitacionais populares, o que demonstra uma crescente demanda por esse direito constitucional do cidadão brasileiro. No entanto, em uma perspectiva mais ampla, a iniciativa de alocação e estímulo habitacional por parte do Governo Federal além de atender um direito

¹⁰ Ver mais em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-palmeira-das-missoes-rs>

de populações vulneráveis previstos na Constituição,, tende a gerar um efeito multiplicador na economia, uma vez que injeta recursos na economia local.

Ainda que não faça parte do recorte temporal e temático da pesquisa, observa-se um esforço municipal em promover reformas, e melhorias em residências de risco ou precárias pulverizadas em outros bairros da cidade, como: Vista Alegre, Witeck, Fátima, Profelurbe. Aliados a programas habitacionais anteriores ao estatuto das cidades existentes no município como o BNH e a COHAB, temáticas em aberto para futuras investigações.

REFERÊNCIAS

ATIVIDADE LEGISLATIVA - **Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais**

Capítulo II, Dos Direitos Sociais Disponível em: <

http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_17.03.2015/art_6_.asp>. Acesso em 7 de maio de 2019.

BEDÊ, Mônica. **Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993 / 1996**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível em < www.caixa.gov.br> acesso em 10 de abril de 2019.

CARTILHA DE APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

Disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/. Acesso em 20 de maio de 2019.

CELINA Souza. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**¹. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988. Disponível em:<

www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> acesso em 10 de maio de 2019.

COREEIO O POVO. A Prefeitura de Palmeira das Missões, município com um déficit habitacional histórico de mais de 1,5 mil moradias. Disponível em:

www.correiodopovo.com.br. Acesso em 20 de maio de 2019.

ELENALDO Celso Teixeira: **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002 - AATR-BA

FERNANDES, Edésio. “Do código civil ao Estatuto da Cidade: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil”. In VALENÇA, Marcio (org.). Cidade (i)legal. Rio de Janeiro, Mauad X, 2008, p. 43 – 62.

FIORI, José Luiz. **Estado do Bem Estar Social: Padrões e Crises**. Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em www.iea.usp.br/artigos. Acesso em 21 de abril de 2019.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – FDS. Disponível em: <<http://fundosdegoverno.caixa.gov.br/sicfg/fundos/FDS/detalhe/sobre>>. Acesso em 7 de maio de 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAIR, JR. JOSEPH F. **Fundamentos de Métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005

HOLZ, Sheila. **Política de Habitação social e o direito a moradia no Brasil**. X Encontro Internacional de Geocrítica, Universidade de Barcelona, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **ESTATUTO DAS CIDADES**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em 20 de maio de 2019.

LIMA, Waner Gonçalves .Núcleo de Educação meio ambiente e desenvolvimento. ISSN 1806-6062 **Política pública: discussão de conceitos** nemad@uft.edu.br - Interface (Porto Nacional), Edição número 05, Outubro de 2012.

MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de marketing. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. Série Espaço & Debate. 3ºed., São Paulo: Atual Editora, 1997. RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009. 130 p.

MARICATO, Hermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade1**. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>. Acesso em 12 de março de 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Resultados do Programa Minha Casa, Minha Vida** (2016). Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavidagov.br/>>. Acesso em: 03 junho. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS. Disponível em:<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao_eletronica/muse/Censo2015/servi%C3%A7os.html> Acesso em 15 de Junho de 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: < <http://bi.mte.gov.br>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

MOTTAL, Luana Dias. **A Questão Da Habitação No Brasil: Políticas Públicas, Conflitos Urbanos E O Direito À Cidade**. SCIENTIA PLENA VOL. 1, NUM. 6 2005 www.scientiaplenu.org.br 166 A Geografia do espaço da miséria* Alexandrina Luz

Conceição Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 49100-00, São Cristóvão-SE, Brasil aluz@oi.com.br.

MOREIRA Vinicius de Souza. SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. EUCLYDES Fillipe Maciel “**MINHA CASA, MINHA VIDA**” **EM NÚMEROS: quais conclusões podemos extrair?**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/ebap/contents/documentos/0594-613-minha-casa.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2019.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/medidas/estimulo-ao-credito-e-ao-financiamento>. Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

SACHS. Celina. **São Paulo: Políticas Públicas e Habitações Populares.** Editora da Universidade de São Paulo - USP. São Paulo. 1999.

SENADO FEDERAL - Secretaria Especial De Editoração E **Publicações Subsecretaria De Edições Técnicas.** Estatuto Das Cidades, Brasília Distrito Federal. Disponível em: www2.senado.leg.br. Acesso em 3 de abril de 2019.

SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (e-SIC) Versão 3.1.6 Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Pedido/RegistroPedido.aspx>. Acesso em 12 de abril de 2019.

SOARES Silva Beranger Érica. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise casos práticos.** Secchi (2011) Magnus Luiz Emm endoerfer*